

Prédios tortos: termina prazo para apresentar plano de ação

Síndicos tinham até ontem para entregar uma proposta de trabalho a respeito dos laudos sobre o reaprumo

SANDRO THADEU
DA REDAÇÃO

Os síndicos dos 65 prédios da orla de Santos com maior inclinação tinham até ontem para apresentar uma proposta de trabalho sobre quanto tempo será preciso para entregar os laudos técnicos identificando se o desaprumo representa risco estrutural.

Entretanto, nem todos devem ter atendido à essa reivindicação da Prefeitura. Até o início da semana passada, a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Edificações (Siedi) havia recebido, pelo menos, 20 documentos devidamente assinados por um engenheiro.

Conforme o presidente da Associação Santista de Prédios Inclinados (Aspi), Roldão Gomes Filho, alguns responsáveis de edifícios encontram dificuldades para contratar um especialista.

Outros alegaram que não teriam condições financeiras de assumir essa responsabilidade por comprometer os recursos com outras finalidades, como conserto de elevadores. Há casos também de assembleias de condôminos que estão sendo questionadas na Justiça.

Diante dessa situação, Roldão esteve reunido com o responsável pela Siedi, Ângelo José da Costa Filho, para pedir a prorrogação do prazo, mas o titular da pasta ressalta que não irá adiar a entrega do plano de trabalho.

“Entendemos que a Prefeitura está correta em fazer a fiscalização. Reconhecemos, ainda, que temos de estar preocupados com a questão da segurança, mas poderíamos ter mais tempo para cumprir isso”, justifica Roldão.



Nessa primeira fase, os responsáveis pelos edifícios alegam enfrentar dificuldades, tanto financeiras quanto para contratar um especialista

JUDICIALIZAÇÃO

Os responsáveis pelos prédios que não entregaram o material até ontem serão intimados e multados por descumprimento à exigência. A Prefeitura divulga hoje a relação dos edifícios que cumpriram a regra.

O poder público local pode-

rá ingressar com uma ação judicial contra os condôminos. Essas medidas estão amparadas por, pelo menos, três leis municipais.

Conforme o engenheiro da Seção de Inspeção de Estruturas da Siedi, Orlando Carlos Batista Damim, as propostas

de um cronograma para a entrega do laudo variam de seis a dez meses.

“Queremos saber como esse trabalho vai ser feito e se o contrato com um profissional foi estabelecido pelo prédio. Sabemos que isso demanda muito tempo. Não queremos apres-

sar ninguém. Exigimos algo bem feito, para dar segurança à população”.

Por esse motivo, a Siedi indeferiu dois laudos entregues, considerados muito superficiais e que tratavam a questão de uma forma simplista.

Terminal de pesca: obras devem durar dois meses

EGLE CISTERNA
DA REDAÇÃO

Devem começar neste semana as obras na área interditada do Terminal Pesqueiro Público de Santos (TPPS), na Ponta da Praia. Uma empresa santista será a responsável por refazer as seis colunas danificadas do salão de triagem e a troca de uma estrutura metálica.

A previsão é que a reforma dure cerca de dois meses, mas a administração do TPPS espera que, com o início dos trabalhos, parte do salão seja liberado pela Prefeitura. Enquanto isso não acontece, duas grandes tendas serão alugadas para se descarregar e selecionar o pescado fora do sol.

No salão interditado ficavam as esteiras, nas quais os produtos eram lavados e selecionados, de acordo com a espécie, tamanho e qualidade.

Por ali passam 60% dos peixes que chegam ao TPPS. Desde sexta-feira, os pescadores com cargas acima de mil quilos são orientados a procurar outros locais para descarregar a mercadoria.

O presidente do Sindicato dos Pescadores e Trabalhadores Assemelhados do Estado de São Paulo, Jorge Machado da Silva, acredita que essa manobra possa encarecer o produto. “Os grandes barcos vão ser obrigados a ir para cidades do Sul, como Itajaí, por exemplo, e gastar com transporte rodoviário para trazer o pescado para São Paulo”.

Para o gestor do TPPS, Ma-

nuel dos Santos Martins, não haverá necessidade de os pescadores seguirem para tão longe. “Apenas em Guarujá, existem 27 locais onde eles podem descarregar o material”.

Martins também acredita que nessa época o prejuízo não seja tão grande. “Agora, o movimento dos pescadores começa a cair. Só vamos voltar a ter mais trabalho perto do ano novo”.

A maior procura pelo TPPS é esperada para o mês de fevereiro, quando termina o período de defeso da sardinha. Só em 2013, foram descarregadas ali mais de sete mil toneladas deste peixe.

GELÓ

Ontem, duas embarcações pequenas despejaram cerca de dois mil quilos no terminal. Como não havia local coberto para manipular a mercadoria, a mesma saiu dos barcos diretamente para os caminhões.

Três embarcações com cerca de 40 toneladas de produto procuraram outros locais para deixar o material. O TPPS cobra uma taxa de R\$ 32,50 a cada tonelada recebida.

Mas este valor representa 10% do que é arrecadado pelo órgão. A maior parte da renda do TPPS vem da comercialização do gelo. Por mês, são vendidas mais de 1.700 toneladas do produto. “Temos o preço mais baixo da região. Está até defasado, mas, mesmo assim, temos lucro”, explica Martins.

Na fábrica, 25 quilos de gelo



Terminal foi interditado por causa dos danos em seis colunas que ficam no salão de triagem do pescado

Gestão

Em setembro, a Prefeitura de Santos e o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) assinaram um protocolo de intenções para que a gestão do TPPS fosse compartilhada. O Município também entregou um projeto de revitalização daquela área, com a instalação de um espaço para a comercialização de pescado, escola para capacitação dos pescadores, novo cais e um restaurante. Procurado sobre o andamento destes projetos, o MPA não retornou até o fechamento desta edição

são vendidos por R\$ 2, enquanto nos demais locais esse preço pode chegar a R\$ 4.

Corrosão provocou a interdição

Atendendo a um pedido do Ministério Público Federal (MPF), a Prefeitura de Santos interditou, no último dia 5, o salão no qual é feita a triagem dos peixes.

O órgão federal solicitou que a Administração Municipal avaliasse as condições do terminal por conta de uma denúncia anônima. Os técnicos constataram corrosão avançada nas colunas de sustentação da área.

Mas esta não é a primeira ação da Prefeitura no local. De acordo com o gestor do local, Manuel dos Santos Martins, a primeira visita da Defesa Civil foi provocada pelo próprio Ministério da Pesca e Aquicultura

(MPA), responsável pelo TPPS. “Surgiu a dúvida de que o salão poderia estar em risco. Como não somos engenheiros, solicitamos a vistoria da Prefeitura”.

VISTORIA

O local foi vistoriado em setembro e o Governo Federal foi intimado a fazer a reforma no prazo de 30 dias. Como não conseguiu cumprir o prazo estipulado, por conta da burocracia em se realizar uma licitação, agora o local está interditado. Mas, segundo Martins, o laudo da Defesa Civil de setembro descartava o risco de queda da estrutura.

Em Cubatão, o cartório eleitoral volta para ‘casa’

DA SUCURSAL

Após 25 dias de atendimentos aos eleitores cubatenses em outras cidades, a 119ª Zona Eleitoral (Cubatão) começa a retornar à casa. E em um imóvel novo. A Prefeita Marcia Rosa (PT) entregou ontem à tarde as chaves das futuras instalações do serviço.

Acolhimento

“Nossa preocupação era entregar um espaço acolhedor e bem localizado”

Marcia Rosa, prefeita de Cubatão

O prédio, de 600 metros quadrados, é localizado na Rua Bahia, 67, Vila Santa Rosa – menos de 150 metros da antiga sede, o Edifício Castro.

Em função de ação civil pública movida pelo Ministério Público Estadual, o cartório cubatense foi transferido para Santos, São Vicente e Guarujá. “Será uma das melhores instalações da Justiça Eleitoral do Estado”, diz o chefe do Cartório Eleitoral de Cubatão, Miguel dos Santos Freitas.

Segundo ele, nos próximos 30 dias, começam os preparativos da mudança para a nova sede. A previsão é que o equipamento esteja disponível para atender a partir de janeiro.

O novo local é amplo e tem dois pavimentos, que possibilitarão o armazenamento de materiais como urnas eletrônicas e documentos. “A própria equipe da Justiça Eleitoral fez um levantamento dos imóveis em Cubatão que poderiam abrigar o serviço”, afirma a chefe do Executivo.

Segundo a prefeita, o comércio local doará mobiliário e equipamentos de ar condicionado para a repartição.

Defesa Civil aguarda laudo de edifício na Ponta da Praia

DA REDAÇÃO

A Defesa Civil de Santos aguarda o parecer da empresa responsável pela recuperação estrutural do Edifício Tainah, na Ponta da Praia, para liberar o retorno das 45 famílias aos imóveis. A previsão é que os trabalhos terminem na tarde de hoje e, em seguida, o documento seja encaminhado à Prefeitura.

“Estamos finalizando a concretagem da parte superior da coluna. Se amanhã (hoje) não verificarmos mais a necessidade de intervenções, emito o laudo e deixo (o documento) para a Prefeitura”, explica o engenheiro Franco Pagani, da empresa T-Recupera.

A partir daí, caberá à Administração Municipal decidir sobre a liberação do prédio.

Portanto, a expectativa é que entre a noite de hoje e amanhã de manhã os moradores possam retornar para seus apartamentos.

SOBRECARGA

De acordo com o coordenador técnico da Defesa Civil, Ernesto Tabuchi, o rompimento do pilar de um prédio pode ocorrer por sobrecarga da estrutura. “Uma investigação mais técnica é necessária para descobrir exatamente o que aconteceu”.

Em nota, a Prefeitura de Santos informa que a obra que era executada no edifício estava regular.